

POVO LIVRE



CONTAMOS COM TODOS PARA MUDAR PORTUGAL

O Conselho Nacional aprovou por “larguíssima maioria” as listas de candidatos a deputados do PSD na Aliança Democrática

CONSELHO NACIONAL



08 PSD

OS PROBLEMAS DO PAÍS NÃO SE RESOLVEM COM BANHA DA COBRA

Hugo Soares considera que o discurso do Presidente do Chega “é o populismo no seu estado mais puro”, defendendo que os problemas não se resolvem com “uma espécie de vendedores de banha da cobra”

13 LOCAIS

PSD DE BAIÃO REFORÇA COMPROMISSO COM A POPULAÇÃO

No dia 6 de janeiro, o PSD realizou um jantar, que juntou mais de 100 militantes e simpatizantes, em Baião, com convidados de honra, como os deputados do PSD eleitos pelo círculo eleitoral do Porto

20 REGIONAIS

AÇORES PRECISAM DE “ESTABILIDADE POLÍTICA E GOVERNATIVA”

José Manuel Bolieiro pediu aos açorianos para que deem à Coligação PSD/CDS-PP/PPM um mandato com “estabilidade política e governativa”, de forma a “consolidar as medidas públicas em curso na Região”

UMA LISTA QUE PROMETE

A alguns dos nossos melhores quadros, juntam-se personalidades de inquestionável conhecimento profissional, técnico e humano que trazem valor acrescentado à nossa lista.

EMÍLIA SANTOS
Diretora do Povo Livre



Ao longo deste tempo, Luís Montenegro e o PSD prometeram que, chegado o momento, seriam apresentados argumentos sólidos para justificar a confiança dos portugueses para conduzirmos os destinos de Portugal. A lista de candidatos a deputados para a Assembleia da República é, indubitavelmente, um desses argumentos.

Devemos olhar para a nossa lista com orgulho e esperança. Nela reconhecemos o conhecimento e a competência dos nossos quadros políticos, em resultado dos contributos valiosíssimos das nossas estruturas locais, distritais, regionais e autónomas. É inegável estarmos perante um conjunto de nomes e rostos que assegura, desde já, uma representação parlamentar altamente qualificada, ciente da elevada responsabilidade que teremos em mãos.

De caminho, e também como o nosso Presidente prometera, esta lista reflete a abertura do partido à sociedade civil. Como várias vezes aqui foi escrito, o PSD fez por ir ao encontro dos portugueses, contactando diretamente com os cidadãos, com as instituições de todas as áreas da sociedade, com as empresas, percorrendo todo o país.

Daí não surpreender a disponibilidade e a vontade expressa por muitas personalidades independentes em apoiar o PSD, reconhecendo a pertinência da nossa estratégia e da nossa visão para o país. Assim,

a alguns dos nossos melhores quadros, juntam-se personalidades de inquestionável conhecimento profissional, técnico e humano que trazem valor acrescentado à nossa lista. São os casos do ex-bastanário da Ordem dos Médicos, Miguel Guimarães, um dos maiores especialistas na Saúde, onde temos tanto para fazer para resolver os problemas existentes; do professor universitário Óscar Afonso, diretor da faculdade de economia e que já trabalhou na proposta de redução do IRS apresentada pelo PSD, onde trabalhou com outro independente que entra na lista de Lisboa, João Valle e Azevedo; da antiga presidente da FAP, Ana Cabilhas, um rosto da nova geração que nos dará uma maior proximidade à juventude; do ex-presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal, Eduardo Oliveira e Sousa, uma voz conhecida e respeitada pelos agricultores que será o cabeça de lista por Santarém.

Esta é, de facto, uma lista que promete um novo tempo para Portugal, um horizonte de crescimento, de sustentabilidade, de desenvolvimento social, de afirmação das capacidades e das expectativas dos portugueses.

CONSELHO NACIONAL APROVA CANDIDATOS DO PSD POR LARGUÍSSIMA MAIORIA

Luís Montenegro reitera que a Aliança Democrática (AD) é “portadora da esperança, vontade de mudar” Portugal e, por isso, transmite “sentido de responsabilidade”.

“Aqui não anda ninguém a vender um Portugal que pode dar tudo a todos de forma indiscriminada. Esse Portugal não existe, essas propostas políticas são muito audíveis nos propósitos, mas são zero no que conta para resolver o problema das pessoas”, afirmou.

No final da reunião do Conselho Nacional do PSD, na segunda-feira, 15 de janeiro de 2024, num hotel em Lisboa, Luís Montenegro sublinhou que os portugueses “não podem” levar a sério a candidatura do PS, protagonizada por “alguém que

fala como se não tivesse oito anos e responsabilidades governativas e não fosse também o rosto do insucesso que hoje atrapalham a vida das pessoas”.

Além disso, salientou o líder do PSD, “não são soluções radicais com enquadramentos irrealistas que não têm condições de ser executados que vão dar resposta às pessoas”.

“Procurámos, de forma conjugada, garantir uma altíssima qualificação da nossa proposta com contributos das nossas estruturas no território a abrindo o partido à sociedade,

acolhendo pessoas de reputada qualificação para nos ajudar nas mais variadas áreas. Estamos a dar um sinal do Portugal que nós queremos, o Portugal que conta com todos e não se esgota nos partidos, se abre à sociedade e vai buscar os melhores para connosco construir um Portugal novo”, explicou.

As listas de candidatos a deputados do PSD a integrarem a coligação Aliança Democrática foram aprovadas por “larguíssima maioria”, com duas abstenções e dois votos contra.

”

Os portugueses não podem levar a sério a candidatura do PS

Luís Montenegro



“SENTIR PORTUGAL NOS AÇORES”

GOVERNOS SOCIALISTAS DEIXAM SEMPRE O PAÍS PIOR

**Temos de mudar de vida,
temos de dar um murro na mesa
nos Açores**

Luís Montenegro considera que o PS deixa sempre o país pior do que o encontrou quando foi governo e sublinha que Vasco Cordeiro e os socialistas “são o passado a que os Açores não querem voltar”.

“Desde o 25 de Abril, sempre que o PSD liderou governos, incluindo em coligação, e foram vários, deixou o país no fim dos seus governos melhor do que aquilo que tinha encontrado, e sempre que o Partido Socialista liderou governos, deixou o país no fim pior do que aquilo que tinha encontrado”, declarou.

No dia 9 de janeiro, em Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, num jantar-comício do âmbito do périplo “Sentir Portugal nos Açores”, o Presidente do PSD referiu que os governos, liderados por António Costa, “acabam, oito anos depois, por entregar um país pior do que aquele que encontrou em 2015”, acusando-o de trazer “outra vez a pobreza

para a linha da frente das notícias em Portugal”.

“Temos de mudar de vida, temos de dar um murro na mesa nos Açores, porque não é justo que um bom trabalho governativo vá por terra só para cumprimento da vontade pessoal dos dirigentes dos outros partidos, e nós temos de mudar de vida em Portugal, porque não é justo que os governos quando saem deixem um país pior do que quando entram”, afirmou.

No discurso, onde elencou resultados do Governo Regional dos Açores presidido por José Manuel Bolieiro, que é candidato às regionais de 4 de fevereiro, Luís Montenegro defendeu que o líder do executivo insular é “o futuro da Região Autónoma dos Açores”. Pelo contrário, Vasco Cordeiro e o PS representam “o passado a que os Açores não querem voltar”.





”

Vasco Cordeiro e o PS representam o passado a que os Açores não querem voltar

Luís Montenegro



Enaltecendo o percurso político de José Manuel Bolieiro, que foi, por exemplo, deputado regional e presidente da Câmara de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, o líder social-democrata expressou: “Estava escrito que ele um dia seria presidente do Governo Regional e na presidência do Governo Regional ele ia contribuir para o maior salto de qualidade de vida dos açorianos de que há memória na nossa democracia”.

Antes, referiu-se à constituição da Aliança Democrática (AD), para sublinhar ser de “agregação, de abrangência” e de ter “espírito reformista, transformador, solidário”, que “é a pedra de toque do Governo Regional dos Açores”.

“Não há dúvida, a escolha nos Açores e a escolha no país é confiar na Aliança Democrática, é confiar na capacidade que temos de nos entendermos, mesmo sendo diferentes”, observou.

Luís Montenegro apelou aos 800 militantes e simpatizantes presentes no jantar para que não desperdicem um segundo e vão para a rua esclarecer as pessoas e lutar “voto a voto” por uma grande vitória no dia 4 de fevereiro, data das eleições legislativas regionais, e depois para uma grande vitória no dia 10 de março, legislativas nacionais.

O cabeça de lista pelo círculo da Terceira pela coligação PSD/CDS-PP/PPM é António Ventura, atual secretário regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.



Ilha do Corvo e das Flores: visita adiada por razões meteorológicas

Por força da depressão Hipólito, e das condições meteorológicas adversas, o líder do PSD, Luís Montenegro, adiou a deslocação às ilhas do Corvo e das Flores, prevista para sexta e sábado, no âmbito do programa “Sentir Portugal” nos Açores.

Serão reagendadas nas próximas semanas novas datas para completar o programa inicialmente previsto.

A ilha do Corvo, a mais pequena do arquipélago, com 384 habitantes. A ilha das Flores, em conjunto com o Corvo, integra o Grupo Ocidental do arquipélago. É o território mais ocidental do continente europeu.



MENOS IMPOSTOS, MELHORES SERVIÇOS PÚBLICOS E HABITAÇÃO

Luís Montenegro assegura que as prioridades da Aliança Democrática (AD) são “menos impostos e melhores serviços públicos”, como na saúde, com a contratualização com o setor social/privado, e na educação, com a aposta nos “contratos de associação”, pondo termo “à instabilidade nas escolas”.

Na terça-feira, 16 de janeiro de 2024, em Lisboa, após uma reunião de trabalho com duas dezenas de economistas, em que participou também o líder do CDS-PP, Nuno Melo, o líder do PSD insistiu na descida do IRS para a classe média e para os jovens, que pagariam um terço até aos 35 anos.

“A nossa prioridade será a redução do IRS da classe média, de quem trabalha e, em especial ainda, o IRS dos mais jovens”, garantiu.

Luís Montenegro especificou que pretende recuperar o compromisso da descida dos impostos para as empresas, “que está suspenso desde 2014”. Trata-se “da descida taxa do IRC, à razão de 2% ao ano nos próximos 3 anos”, que passaria “21% para 15%”.



Sobre a habitação, o Presidente do PSD alertou que “o acesso à habitação está altamente limitado por força das regras ideológicas do PS, acompanhado pelo PCP e pelo BE”. “O PS desincentivou o investimento na área da habitação, que traz menos oferta no mercado e o aumento de preços”, concretizou.

Luís Montenegro, que é cabeça de lista da AD pelo círculo de Lisboa às eleições legislativas de 10 de março, sintetizou o propósito deste encontro com reputados economistas, “o melhor que temos no país”. “A reunião serviu para partilharmos reflexões, a propósito da situação económica e social do país, que terá como desfecho a apresentação do nosso cenário macroeconómico para a próxima legislatura, com base no qual nós divulgaremos oportunamente o nosso programa eleitoral”, apontou.



OS PROBLEMAS DO PAÍS NÃO SE RESOLVEM COM BANHA DA COBRA

Hugo Soares considera que o discurso do Presidente do Chega “é o populismo no seu estado mais puro”, defendendo que os problemas não se resolvem com “uma espécie de vendedores de banha da cobra”.

No final do discurso que encerrou a 6.ª Convenção Nacional do Chega, no domingo, o Secretário-geral social-democrata frisou que aquilo a que se assistiu “na intervenção do doutor André Ventura é o populismo no seu estado mais puro, no seu estado mais inconsequente, servido com grandes doses de demagogia”.

Para Hugo Soares, é absolutamente claro que “o futuro não passa por aqui”, porque “a governação de um país é uma coisa séria, responsável”.

“Não é com estas doses de demagogia, de irrealismo, que parece que surge dinheiro de qualquer lado, que se vão resolver os problemas das pessoas”, sublinhou.

Segundo Hugo Soares, a solução dos problemas das pessoas faz-se

“com seriedade, falando verdade aos portugueses e com ideias concretas e soluções concretas”.

“Não é com uma espécie de vendedores de banha da cobra que à última da hora parece que têm dinheiro para fazer tudo o que o país precisa”, criticou.

O Secretário-geral do PSD lamentou ainda a “usurpação infantil das citações de Sá Carneiro e da personalidade de Sá Carneiro”, considerando que isso “fica mal ao partido Chega” e ao seu líder.

“O PSD não governará com o apoio do Chega nem fará nenhuma ligação pré ou pós-eleitoral com o Chega. Acabem com essa intriga que só serve ao PS. Votar no Chega é igualzinho a votar no PS. Nada muda e só beneficia o PS”, reiterou.

JOSÉ CORREIA AZEVEDO

(1937-2024)

Os Trabalhadores Social Democratas (TSD) lamentam o falecimento do seu antigo dirigente e ex-Presidente do Sindicato dos Enfermeiros (SE), José Correia Azevedo.

Em comunicado, o Sindicato dos Enfermeiros lamentou a morte do seu anterior líder, enaltecendo a “figura ímpar no sindicalismo em Portugal”, que durante quase 50 anos liderou o sindicato. Dedicou “grande parte da sua vida à luta em defesa dos direitos e condições de trabalho dos enfermeiros portugueses”.

“Foi um dos protagonistas da histórica greve de 1976 que, segundo o próprio, mudou para sempre a Enfermagem em Portugal. Inteligente e culto, nem sempre consensual, mas fiel aos seus princípios e valores, tinha a coragem e a resiliência dos sindicalistas tradicionais e enfrentava sem hesitações ou receio os empregadores dos Enfermeiros”, considerou o bastonário da Ordem dos Enfermeiros, Luís Filipe Barreira.

O Presidente da República enalteceu o contributo cívico de José Correia Azevedo, “recordando com apreço o papel fundamental que teve no sindicalismo em Portugal, concretamente na defesa e promoção da enfermagem”.

Era militante dos tempos da fundação do PSD, desde 29 de dezembro de 1974. A sua trajetória sindical iniciou no final da década de 1960, quando se candidatou pela primeira vez à direção do SE. Começou então a sua ligação e o trabalho juntamente com a lista eleita, em defesa do Sindicato dos Enfermeiros.

Após o 25 de Abril assumiu a liderança de uma Comissão de direção “ad hoc” em maio de 1974. Um ano depois era eleito, pela primeira vez, presidente do SE, cargo que ocupou, ininterruptamente, até maio de 2021.

Nascido em 20 de dezembro de 1937, José Correia Azevedo desempenhou

um papel relevante no sindicalismo em Portugal, na liderança do SE e na Central Sindical Democrática UGT.

Pedro Roque Oliveira sublinhou que os TSD observaram um minuto de silêncio no conselho nacional da estrutura, de 13 de janeiro, em memória de José Correia Azevedo, e apresenta-

ram sentidas condolências à família, colegas e amigos.

Era licenciado em Filosofia e Mestre em Teologia e Ética da Saúde, exerceu as funções de Enfermeiro Diretor.



CARLOS COELHO E JOSÉ MANUEL FERNANDES QUESTIONAM BRUXELAS SOBRE APLICAÇÃO DE FUNDOS EUROPEUS

Os eurodeputados PSD Carlos Coelho e José Manuel Fernandes questionaram a Comissão Europeia sobre “a eficácia e eficiência da aplicação dos fundos europeus pelo Governo português”, na sequência de um relatório do Tribunal de Contas (TdC).

Os eurodeputados querem saber, nomeadamente, se “as preocupações levantadas pelo TdC (sobre a execução incipiente dos fundos e as deficiências e inconsistências nos registos contabilísticos e na monitorização) suscitam algum plano de ação ou revisão por parte da Comissão Europeia, para assegurar a correta e eficiente utilização dos fundos em Portugal”.

Os signatários querem ainda saber se o executivo comunitário tem conhecimento de quaisquer esforços de Lisboa para resolver “atrasos recorrentes” identificados no relatório “Fluxos Financeiros entre Portugal e a União Europeia e execução de fundos europeus em 2022” e que terão “custos adicionais de cerca de 45 milhões de euros em juros ao longo de dez anos”.

Em causa, neste aspeto concreto, está a avaliação pelo Tribunal de Contas da execução dos fundos do programa Portugal 2030 (PT 2030),

considerada “muito incipiente”, dois anos após o início do período de programação.

“Decorridos dois anos sobre o início do respetivo período de programação, a execução do PT 2030 encontrava-se num estado incipiente”, concluiu o relatório.

Na carta, encabeçada por Carlos Coelho e José Manuel Fernandes, e subscrita pelos restantes quatro eurodeputados eleitos pelo PSD – Paulo Rangel, Lídia Pereira, Maria da Graça Carvalho e Cláudia Monteiro de Aguiar –, a Comissão é ainda questionada sobre eventuais medidas recomendadas para assegurar a eficácia futura dos pagamentos, no âmbito do programa Portugal 2023 e do Plano de Recuperação e Resiliência.

Os eurodeputados referem ainda que “dos mais de 24 mil milhões de euros dos fundos europeus do período de programação 2021-2027, só 353,9 milhões foram recebidos, nos



primeiros dois anos, a título de pré-financiamento, o que significa que Portugal não está a fazer nenhum esforço na execução destes fundos, limitando-se a receber automaticamente a pequena parcela que é adiantada pela Comissão Europeia”.

O TdC apontou também uma “incorreta e inconsistente” contabilização dos valores do PRR na Conta Geral do Estado (CGE) em 2022 e registou, no relatório divulgado na terça-feira, que, no final de 2022, a disponibilização do PRR a beneficiários era de 1.410 milhões de euros, “o que representava 8,5% da dotação total prevista”.

O Tribunal de Contas revela que, dos mais de 24 mil milhões de euros dos fundos europeus do período de programação 2021-2027, só 353,9 milhões foram recebidos, nos primeiros dois anos, a título de pré-financiamento, o que significa que Portugal não está a fazer nenhum esforço na execução destes fundos,

limitando-se a receber automaticamente a pequena parcela que é adiantada pela Comissão Europeia.

“É imperativo programar e aplicar com eficiência estes fundos que devem ser colocados à disposição dos municípios, pessoas e empresas contribuindo para o investimento na coesão, competitividade e sustentabilidade, motores transformadores fundamentais para a economia e qualidade de vida dos portugueses”, afirma Carlos Coelho. José Manuel Fernandes acrescenta que “o Governo português nada planeia, não sabe o que quer, não apresenta projetos de qualidade, mostrando-se incapaz de aproveitar o potencial dos fundos europeus, privando Portugal de oportunidades únicas de crescimento”.



DIÁRIO DA REPÚBLICA PUBLICOU DECRETO DA DISSOLUÇÃO DO PARLAMENTO

O Presidente da República decretou na segunda-feira a dissolução do Parlamento e a convocação de eleições legislativas antecipadas para 10 de março de 2024, oficializando o anúncio feito em 9 de novembro de 2023.

Segundo o decreto assinado no dia 15 de janeiro, por Marcelo Rebelo de Sousa e já publicado em “Diário da República Eletrónico”, que produz efeitos no dia da sua promulgação, “é dissolvida a Assembleia da República” e “é fixado o dia 10 de março de 2024 para a eleição dos deputados à Assembleia da República”.

Esta é a nona dissolução da Assembleia da República desde o 25 de Abril de 1974 e acontece na sequência da demissão do Primeiro-Ministro.

Nos termos da Constituição, compete ao Presidente da República dissolver a Assembleia da República, ouvidos os partidos nela representados, o que aconteceu no dia seguinte à demissão do primeiro-

-ministro, 08 de novembro, e o Conselho de Estado, que foi ouvido em 09 de novembro.

Na segunda-feira foi também publicado em “Diário da República” o parecer do Conselho de Estado, no qual se lê que em 9 de novembro este órgão de consulta do chefe de Estado “deliberou sobre a dissolução da Assembleia da República, tendo havido empate de votos”, pelo que “o Conselho não se manifestou favoravelmente a tal dissolução”.

Quando falou ao país, em 9 de novembro, Marcelo Rebelo de Sousa assumiu a dissolução como uma “decisão própria” e justificou-a em primeiro lugar com “a natureza do voto nas eleições de 2022, personalizado no primeiro-ministro, com

base na sua própria liderança, candidatura, campanha eleitoral e esmagadora vitória”.

Segundo o chefe de Estado, haveria “fraqueza” na “formação de novo Governo com a mesma maioria, mas com qualquer outro primeiro-ministro, para tanto não legitimado política e pessoalmente pelo voto popular”.

O Presidente da República defendeu que para “maior clareza e mais vigoroso rumo” se deveria devolver “a palavra ao povo, sem dramatizações nem temores”, porque “é essa a força da democracia: não ter medo do povo”.

A Constituição da República Portuguesa determina que no mesmo

momento da dissolução tem de ser marcada a data das novas eleições, a realizar nos 60 dias seguintes. A lei eleitoral obriga a que sejam convocadas com a antecedência mínima de 55 dias. No período em que o Parlamento se encontra dissolvido, funciona a Comissão Permanente da Assembleia da República, composta pelo presidente, pelos vice-presidentes e por deputados indicados por todos os partidos, de acordo com a respetiva representatividade parlamentar.

Esta é a segunda dissolução do Parlamento decretada por Marcelo Rebelo de Sousa, que em 2021 se tornou o quinto Presidente da República consecutivo a utilizar este poder constitucional, na sequência do chumbo do Orçamento do Estado para 2022 na generalidade. Até agora, nenhum dos presidentes eleitos em democracia deixou de recorrer a este instrumento: Ramalho Eanes dissolveu o parlamento três vezes, Mário Soares uma, Jorge Sampaio duas e Aníbal Cavaco Silva uma.

PSD DE BAIÃO REFORÇA COMPROMISSO COM A POPULAÇÃO

No passado dia 6 de janeiro, o PSD realizou um jantar que reuniu mais de 100 militantes e simpatizantes em Baião, com convidados de honra como os deputados do PSD eleitos pelo círculo eleitoral do Porto, (Hugo Carneiro, Márcia Passos, Paulo Ramalho, Afonso Oliveira, António Cunha), Sérgio Humberto e Bruno Bessa, Presidente do PSD e da JSD Distrital do Porto, respetivamente. O evento foi marcado por momentos de confraternização, mas também de discussão acerca da atualidade, com ênfase nas questões que afetam diretamente o quotidiano dos Baionenses.

Durante a sua intervenção, Sérgio Humberto, enfatizou a necessidade de cuidado com a democracia e criticou os últimos anos por não dignificarem adequadamente o sistema democrático. Ele ressaltou a importância de os políticos governarem a pensar nas pessoas, rejeitando a ideia de que a política deve agir em benefício próprio.

Sérgio Humberto fez um apelo ao voto, enfatizando a urgência de virar a página do governo socialista e de sermos capazes de desmontar a narrativa socialista. Por fim, pediu às pessoas que não desacreditem e

que levem essa mensagem, incentivando-as a avaliar quem já demonstrou comprometimento no passado e quem pode liderar a mudança no futuro.

A Presidente do PSD de Baião, Ana Raquel Azevedo, destacou o compromisso do partido com o trabalho e a luta pela melhoria da qualidade de vida dos baionenses, apesar dos desafios impostos pelas políticas socialistas na região. Durante o discurso, Ana Raquel, cumprimentou os presentes, salientando que este encontro marca o início da campanha para as próximas eleições legislativas em Baião e que tudo fará para contribuir para a vitória do próximo dia 10 de março.

A líder do Partido Social Democrata não poupou críticas ao governo socialista, especialmente em áreas cruciais como saúde, educação e habitação. Ressalvando o caos que, segundo ela, o PS deixou nessas áreas, e lembrou que o novo líder socialista, Pedro Nuno Santos, já carrega com ele um legado que nos custou 3,2 mil milhões de euros na TAP e uma indemnização de 500 mil euros.

O discurso destacou os reflexos dessas políticas na vida quotidiana dos baionenses, com referências ao estado degradado do Centro de Saúde de SMZ, as problemáticas no CHTS (hospital de referência), a fragilidade dos serviços públicos e a rápida perda populacional.



“Na saúde, o nosso hospital de referência, o CHTS continua a aparecer na televisão pelos piores motivos, devido à subdimensão do mesmo. Devido à afluência às urgências nos últimos dias, o governo anunciou uma lista de 42 Unidades de Cuidados de Saúde Primário com horário alargado, para que as pessoas possam acorrer aos mesmo em vez de irem às urgências. Nessa lista, consta o SAP Baião como uma unidade que está aberta 24h e está. Na verdade só se esqueceram de um pequeno pormenor”, afirmou.

O PSD alertou para esta situação há muito tempo, mas a descentralização de competências, tão acarinhada pelo nosso presidente de Câmara, só agora abriu os cordões à bolsa.

De acordo com a líder concelhia, os serviços públicos começam a fraquejar, vejamos o caso da Conservatória do Registo Civil, onde não há funcionários para acorrer às necessidades, o que leva muitos baionenses a deslocarem-se a outros concelhos para tratar das suas necessidades.

A perda de população corre a um ritmo alucinante, os mais jovens acabam por sair devido à falta de oportunidades, abandonando à sua sorte os mais velhos. Dentro da Comunidade do Tâmega e Sousa, entre 2009 e 2022, Baião perdeu cerca de 17% , ou seja, 3x mais que a média da região, tornando-se o concelho que mais população perdeu.

“Numa Câmara que precisa de fixar pessoas, seria obrigatório que o Gabinete do urbanismo funcionasse na perfeição. E o que acontece? As licenças urbanísticas batem tempos recordes de espera. Como podemos fixar pessoas se o Gabinete do urbanismo não funciona”, questionou.

A descentralização de competências para os municípios, que podia ser uma mais-valia para interior, resulta numa transferência meramen-

te administrativa e que até agora só tem resultado em contratações atrás de contratações, fortalecendo a marca “Câmara Municipal de Baião” como maior empregador do concelho. Por isso, de cada vez que o PSD fala em atrair empresas e investimento privado, o PS parece desconhecer como isso se faz. E nós sabemos bem porque..”

A Presidente do PSD Baião concluiu a sua intervenção apontando para a falta de ambição do Partido Socialista, tanto a nível nacional quanto local, que nivelam as expectativas da população por baixo, não estimulando a crença na capacidade de alcançar mais e merecer melhor

e concluiu dizendo: “Precisamos de dizer às pessoas que elas podem exigir mais, que elas merecem mais, que os governantes estão lá para elas e não o contrário. Precisamos de mostrar às pessoas que o caminho pode ser diferente, que existe uma alternativa. Precisamos de fazer as pessoas voltarem a acreditar, voltarem a sonhar. Portugal pode ser mais que isto, Baião pode ser mais que isto”, disse.

A comissão política concelhia prablenizou ainda a sua presidente, pelo trabalho feito ao longo dos dois últimos mandatos como presidente de concelhia.





CÂMARA DE ÓBIDOS INVESTE 250 MIL EUROS EM SEGURO DE SAÚDE

A Câmara de Óbidos vai investir 250 mil euros na contratação de um seguro de saúde municipal para toda a população do concelho, onde mais de 80% dos residentes não têm médico de família, divulgou a autarquia.

Segundo o presidente da Câmara de Óbidos, Filipe Daniel, o plano de saúde abrangerá “todos os municípios recenseados” e surge em resposta ao estado “depauperado dos cuidados de saúde” no concelho.

De acordo com o autarca, atualmente 82,18% da população de Óbidos não tem médico de família.

Citado numa nota de imprensa, o autarca explica que dos sete médicos previstos nos quadros do Centro de Saúde Local, a única médica que está em funções “irá reformar-se agora em 2024”.

“Fruto da inoperância, quer do Governo Central, quer da Administração Regional de Saúde de Lisboa e

Vale do Tejo (ARSLVT), quer ainda do agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Oeste Norte, nos últimos anos, em matéria de cuidados de saúde primária”, o município “viu-se na necessidade de se substituir àqueles que teriam esta responsabilidade”, lembra o presidente da autarquia do distrito de Leiria.

Denominado “Óbidos +Saúde”, o plano, que será apresentado na quinta-feira à população, foi aprovado pela Assembleia Municipal no início de 2023 e previa o acesso a serviços de saúde “com descontos para os munícipes face aos preços habitualmente praticados, em rede de prestadores de serviços a contratar”, divulgou na altura a Câmara.

Estava previsto o acesso a consultas de clínica geral, medicina dentária, oftalmologia, cardiologia, nutrição, psicologia, terapia da fala, pediatria, ginecologia-obstetrícia, dermatologia, fisioterapia, consultas e enfermagem ao domicílio, vídeo-consultas, aconselhamento médico telefónico gratuito, exames de diagnóstico, assistência a idosos e dependentes, acompanhamento pós-cirúrgico, check-up anual e transporte de urgência, entre outros serviços.

O plano é destinado a todos os cidadãos nacionais inscritos na base de dados do recenseamento eleitoral no concelho de Óbidos e respetivos

descendentes com idade inferior a 18 anos, sendo necessário fazer uma inscrição para usufruir dos benefícios.

Segundo os resultados dos Censos 2021, o concelho de Óbidos tem 11.940 habitantes. No âmbito das comemorações do feriado municipal, que assinala a tomada da vila aos Mouros, em 1148, será também inaugurada a obra de requalificação do Centro de Saúde, num investimento de mais de 516 mil euros, iniciado em setembro de 2022.

PSD QUESTIONA GOVERNO SOBRE DEMORA NA NOMEAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE LOCAL DE SAÚDE OESTE

O PSD questionou o Governo sobre a demora na nomeação do conselho de administração da Unidade Local de Saúde do Oeste, alertando para o perigo de as populações servidas por esta unidade ficarem sem acesso aos médicos de família.

Numa pergunta dirigida ao ministro da Saúde, os deputados alertam para o que consideram ser “uma situação gravemente lesiva dos direitos das populações da região do Oeste”, servidas pela Unidade Local de Saúde do Oeste (ULSO), que 10 dias depois da sua criação “está ainda sem conselho de administração nomeado pela Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde”.

A ULSO, que agrega o Centro Hospitalar do Oeste (CHO) com os ACES Oeste Norte (Centros de Saúde do Bombarral, Caldas da Rainha, Óbidos e Peniche) e Oeste Sul (com exceção do Centro de Saúde de

Mafra), está desde o dia 01 de janeiro a funcionar com uma direção interina a ser assegurada pela ainda presidente do conselho de administração do CHO, Elsa Baião.

Uma situação que, no entender dos social-democratas eleitos pelo círculo eleitoral de Leiria, afeta “particularmente os utentes do Serviço Nacional de Saúde (SNS) que estão em risco de deixar de ter acesso aos seus médicos de família, proporcionados por protocolos e contratos celebrados entre o CHO e diversas instituições particulares de solidariedade social (IPSS)”.

Os deputados exemplificam com

a Santa Casa da Misericórdia das Caldas da Rainha, com a qual foi contratada a resposta “aos constrangimentos causados pela falta de médico na freguesia de Santa Catarina”.

Ainda no concelho das Caldas da Rainha, no distrito de Leiria, a resposta aos utentes das freguesias de Alvorninha e Foz do Arelho é também assegurada através de contratos com IPSS.

“Tendo alguns desses contratos terminado no final do ano passado e sendo ao abrigo dos mesmos que utentes do SNS da região Oeste têm acesso a médico de família, a

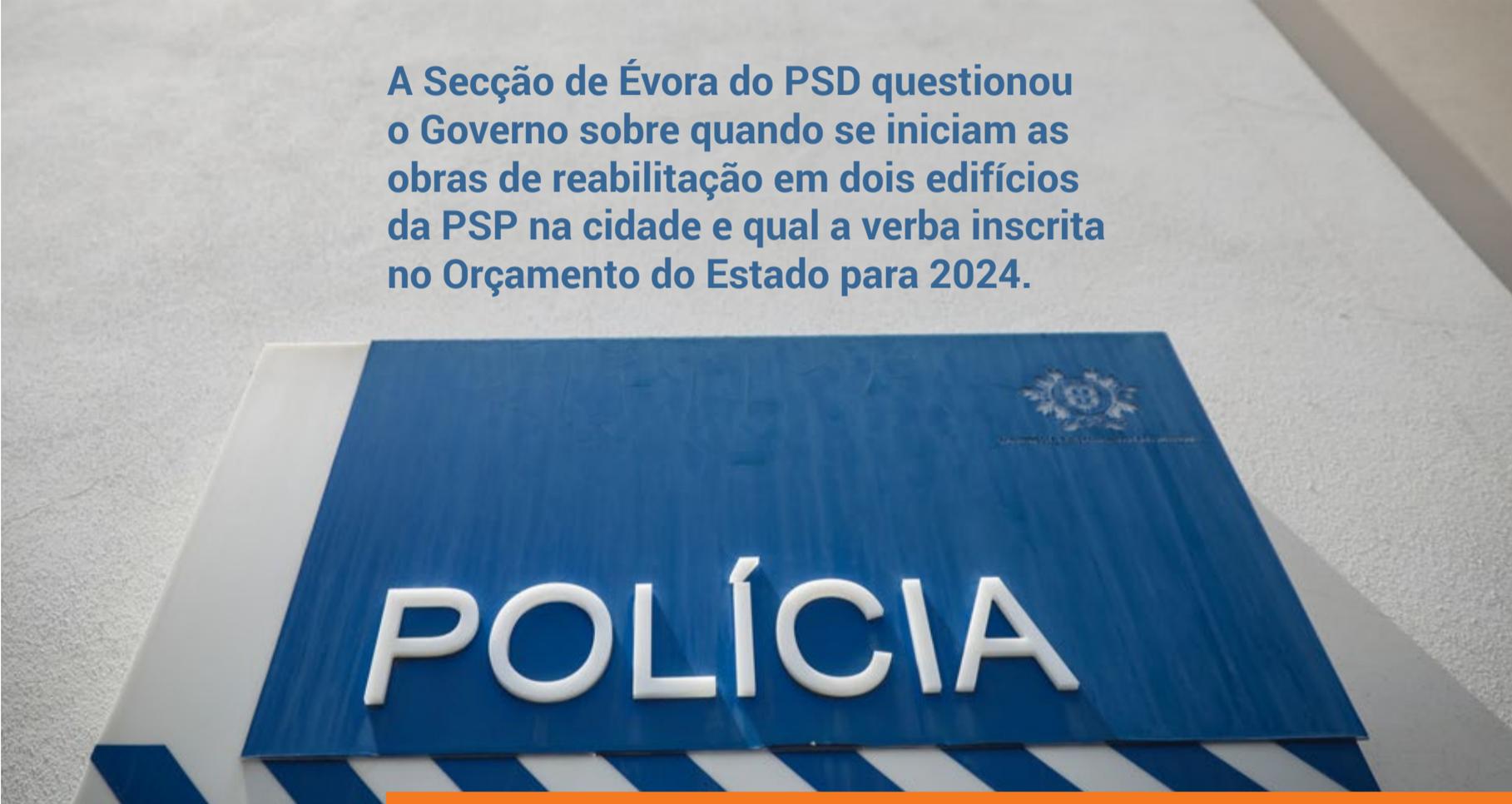
não renovação [dos contratos] acaba por levar a um aumento da falta de cobertura de cuidados primários, num momento em que são já mais de 1,7 milhões as pessoas que os não têm em Portugal continental, 1.162.611 na região de saúde de Lisboa e Vale do Tejo”, pode ler-se na pergunta formulada hoje na Assembleia da República.

No documento, os deputados Hugo Oliveira, Paula Mota Pinto, Olga Silvestre e João Marques questionam quando será nomeado o Conselho de Administração da ULSO e se o Governo pode garantir que o acesso das populações do Oeste aos cuidados de saúde primários “não será prejudicado, designadamente devido a uma diminuição da cobertura de médicos de família”.

“Vai a população do concelho das Caldas da Rainha, nomeadamente, por exemplo, das freguesias de Santa Catarina e de Alvorninha e Foz do Arelho, continuar a ter acesso a médico nas respetivas unidades de saúde locais?”, perguntam ainda os deputados.

PSD QUER SABER QUANDO COMEÇAM OBRAS DE REABILITAÇÃO EM EDIFÍCIOS DA PSP

A Secção de Évora do PSD questionou o Governo sobre quando se iniciam as obras de reabilitação em dois edifícios da PSP na cidade e qual a verba inscrita no Orçamento do Estado para 2024.



Em comunicado, a estrutura partidária indicou que esta é a segunda vez que questiona a secretária de Estado da Administração Interna, Isabel Oneto, sobre os edifícios da Polícia na cidade alentejana.

Da primeira vez, em 11 de setembro de 2023, a governante foi questionada sobre se tinha conhecimento do estado de conservação do edifício do Comando Distrital de Évora da PSP e de um outro localizado no Largo dos Castelos, no centro histórico, salientou.

Na resposta, segundo o PSD de Évora, Isabel Oneto revelou que estava prevista “a requalificação do Comando Distrital de Évora, cujo projeto de execução se encontra em fase final de contratação, prevendo-se um investimento superior a 1,1 milhões de euros”.

Os sociais-democratas realçaram que, sobre o edifício no Largo dos

Castelos, a secretária de Estado disse que estava prevista “uma empreitada, cofinanciada pelo Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial, cuja candidatura já mereceu aprovação”.

Passados cerca de quatro meses da primeira missiva, a Concelhia de Évora do PSD voltou a questionar a governante, através de uma mensagem de correio eletrónico datada do dia 03 deste mês.

Desta vez, de acordo com o comunicado agora divulgado pelo partido, a estrutura ‘laranja’ quer saber qual foi a verba inscrita pelo Governo no Orçamento do Estado para este ano para a reabilitação dos dois edifícios da PSP de Évora.

Citado no comunicado, o Presidente da Concelhia de Évora do PSD, Henrique Sim-Sim, também vereador no município, lembrou que, desde a primeira comunicação com a secre-

tária de Estado, “nada avança, nem no Comando nem no Largo dos Castelos”.

“A Concelhia de Évora quer saber se efetivamente as obras vão avançar e que verba foi inscrita no Orçamento do Estado para o efeito”, afirmou.

Na missiva agora enviada, o dirigente social-democrata salientou que o edifício do Comando “não tem uma intervenção de fundo há mais de 20 anos, precisa de obras urgentes, em setembro passado caiu uma janela no pátio exterior, existem gabinetes de trabalho onde, cada vez que chove, chove também lá dentro”.

“Já o edifício do Largo dos Castelos necessita de uma ampla intervenção de reabilitação, estando este praticamente devoluto”, acrescentou.

CÂMARA DE LOULÉ REJEITA PROPOSTAS DO PSD PARA MELHORAR A MOBILIDADE DO CONCELHO



Rui Cristina e João Paulo Sousa, vereadores eleitos pelo PSD de Loulé, apresentaram, na reunião do executivo camarário de 8 de janeiro de 2024, propostas inseridas no Plano Rodoviário Municipal, nomeadamente a criação de ciclovias, de mais zonas estacionamento e a requalificação de rodovias. Esta proposta, destinada a garantir a segurança para todos os que circulam nas estradas no concelho, foi rejeitada pelos vereadores do PS.

Esta iniciativa do PSD representa um plano global de mobilidade que permitiria colmatar não só as falhas de mobilidade existentes nas cidades de Loulé e Quarteira e a ausência de estacionamento naqueles núcleos urbanos e também em Almancil, bem como a requalificação da estrada EN 396, a qual exige desclassificação do troço de Quarteira até ao restaurante Alxama.

Igualmente por fazer está a requalificação da estrada EN270, que, por sua vez, exige a desclassificação do troço de Boliquireime ao acesso da A22, sendo que esta é uma rodovia que enferma de inúmeros perigos, que se encontra em péssimo estado de conservação, e que em nada dignifica a entrada no concelho de Loulé de quem circula na A22.

Para o vereador Rui Cristina, “com a apresentação deste documento, que foi chumbado pelo Partido Socialista, o PSD reiterou as propostas já apresentadas para que sejam enviados esforços por parte do atual executivo camarário para cumprir as

promessas e realizar as obras inscritas no seu programa eleitoral”.

“O PSD sempre defendeu a implementação de um Plano Rodoviário Municipal por ser necessário complementar e reabilitar a rede viária e logo, a contínua intervenção para garantir a segurança nas cidades, vilas e estradas do nosso concelho”, sublinhou.

Entre as questões abordadas na proposta dos vereadores social-democratas está, igualmente, a conclusão da Circular Norte de Loulé, embora contestem a opção de uma única faixa de rodagem em cada sentido, solução que se desvia do perfil dos outros troços que ligam a Zona Industrial ao Pavilhão Municipal, o que irá provocar condicionamentos desnecessários no trânsito.

Recorde-se que o PSD refutou igualmente e na altura própria, a decisão tomada em 2017 de ser a Câmara Municipal a arcar com esta construção, um investimento a rondar os 4 milhões de euros, desonerando o governo socialista de realizar a obra.

“O que não se compreende e por isso se exige uma explicação: por que razão este executivo municipal assume o pesado investimento de terminar a expensas dos cofres municipais a Circular Norte e considera altamente dispendioso o projeto previsto para a zona a sul da cidade, designado como Circular Sul, uma via entre o Palácio da Fonte da Pipa e o quartel dos Bombeiros”, questionaram os vereadores.

O PSD discorda frontalmente da posição expressa pelo Presidente da Câmara de Loulé publicamente que “A22 serve como Circular Sul, faz perfeitamente essa função”, justificando ainda que decidiu não avançar com o projeto já definido, considerando o mesmo “altamente dispendioso e altamente intrusivo”, colocando em causa os valores naturais ali existentes.

“Falta estacionamento em Loulé, Quarteira e Almancil”

A propósito dos problemas de estacionamento na cidade de Loulé, os autarcas do PSD defendem a criação de um verdadeiro plano de mobilidade, incluindo ciclovias e a criação de bolsas de estacionamento ou em subterrâneo perto do centro da cidade. Também a cidade de Quarteira carece de mais estacionamento, bem como ciclovias que sejam viáveis e benéficas para residentes e visitantes. Na vila de Almancil verificam-se igualmente constrangimentos no estacionamento e há ausência de ciclovias.

“Consideramos assim que um Plano Rodoviário Municipal deveria contemplar uma ciclovia entre Almancil, Quarteira e Loulé, que una os 3 centros urbanos do concelho e assim dar uma resposta eficaz à ausência de condições para a circulação rodoviária em segurança”, reivindica Rui Cristina.

Os últimos oito anos não têm correspondido às necessidades de um concelho que se quer liderante. Queremos uma Câmara verdadeiramente ao serviço das populações, integradora, inclusiva e, sobretudo, que seja célere nas suas respostas, concluiu.

PROFESSORES PODEM CONTINUAR A CONTAR COM A COLIGAÇÃO

O Presidente José Manuel Bolieiro destacou que os professores dos Açores “reconhecem” o trabalho do Governo PSD/CDS/PPM no setor da Educação, tendo assegurado que a classe docente pode “continuar a contar” com a Coligação.

“Os professores reconhecem, com justiça, o muito que fizemos em tão pouco tempo, e podem continuar a contar com este projeto político a favor da sua dignificação e da sua elevação no sistema educativo que seja efetivamente valorizador da sua carreira”, salientou José Manuel Bolieiro.

O líder da Coligação falava à comunicação social no final de uma reunião com o Sindicato Democrático dos Açores, acompanhado dos candidatos do PSD/CDS/PPM pelo círculo de São Miguel para eleições legislativas regionais de 4 de fevereiro de 2024, que serviu para aferir as avaliações e reivindicações sindicais da classe docente.

José Manuel Bolieiro acolheu com “satisfação o que já realizamos, consciente também da exigência e a expectativa do progresso e da consistência destas políticas. Portanto, esse diálogo e essa concertação enriquecem o nosso projeto político que iremos manter”, afirmou.

O Presidente apontou como principais conquistas das políticas públicas no setor da Educação, para além da valorização da carreira docente, a colocação de 572 docentes e 323 assistentes operacionais nos quadros da Região, com vínculo estável, nos últimos três anos.

“Em 2020, assisti a reivindicações com recusa da ação governativa so-

cialista para eliminar a degradante instabilidade do vínculo laboral, isto é, a precariedade do vínculo ao sistema educativo da Região. Desde então, muito se evoluiu”, lembrou.

José Manuel Bolieiro sublinhou também que “as famílias açorianas contaram com este Governo na desoneração de custos no seu orçamento familiar para o sucesso educativo dos seus filhos”, por via da gratuidade dos manuais digitais e impressos, que se traduziram

num investimento de 1,5 milhões de euros junto de cerca de 20.000 famílias.

O líder da Coligação destacou “que a Educação é um elevador social indispensável no desenvolvimento dos Açores” de que os professores “constituem uma peça fundamental na sua concretização”, comprometendo-se na manutenção “do diálogo social essencial no projeto de governação de estabilidade e de continuidade”, concluiu.



AÇORES PRECISAM DE “ESTABILIDADE POLÍTICA E GOVERNATIVA”



José Manuel Bolieiro pediu aos açorianos para que deem à Coligação PSD/CDS-PP/PPM um mandato com “estabilidade política e governativa”, de forma a “consolidar as medidas públicas em curso na Região”.

“O que agora humildemente peço é que, a partir de 4 de fevereiro, o povo nos dê estabilidade política e governativa, para que haja previsibilidade e duração nas políticas públicas e consistência nos seus resultados”, sublinhou.

O líder da Coligação discursava no sábado à noite, num comício no pavilhão da Associação Agrícola de São Miguel, em que foram apresentados os cabeças de lista pelas nove ilhas dos Açores.

José Manuel Bolieiro não tem dúvidas de que “a consistência das políticas e a sua duração é que asseguram o sucesso, resultados positivos e consolidados”, disse.

Para tal, “é fundamental termos uma vitória robusta para podermos voltar a colocar os Açores acima das tricas partidárias e politiquices dos outros partidos”, reforçou.

Ciente de que “estávamos num rumo de mudança que estava a melhorar a vida dos açorianos”, acusa o PS por ter interrompido a sua governação que, “com a oposição urdiu uma estratégia de gabinete para rejeitar o melhor Orçamento da legislatura”,

realçou o Presidente Bolieiro.

“O Orçamento para 2024, que foi chumbado, previa um valor um investimento de 2000 milhões de euros. Para continuar e reforçar as boas medidas do nosso Governo. Só os interesses partidários e pessoais, que ignoram o interesse dos açorianos, é que justificaram aquele chumbo”, lamentou.

E depois, em plena pré-campanha, o PS, pela voz de Vasco Cordeiro, “para ganhar votos, pretende fazer e dar continuidade ao que o meu Governo realizou em 2021, 2022 e 2023”, mesmo em relação ao Orçamento para 2024, que chumbou, numa tentativa “de enganar os distraídos”.

“Isto é descaramento. É incoerência. Não é normal”, acusou José Manuel Bolieiro, acrescentando: “votou contra, mas agora toma como boas as nossas propostas, que nunca realizou em oito anos de governo, que criticou e chumbou repetidamente”.

Para o líder do PSD/CDS/PPM, “enquanto o Partido Socialista parte para estas eleições com intenção de fazer esquecer o seu passado e currículo de competências, nós que-



remos lembrar o que fizemos”.

Elencando a implementação das políticas públicas na Região, assume ter “orgulho no que já fizemos e temos motivação para fazer o tanto que ainda queremos fazer pelos Açores. Continuar e prosseguir, inovando e fazendo melhor e diferente é o que interessa ao nosso futuro”.

Desde a baixa de impostos em 30%, contra a vontade do PS, passando pela criação da ‘Tarifa Açores’ que emitiu 750 mil bilhetes, ao crescimento económico durante 32 meses consecutivos, ao término dos rateios na atribuição de fundos comunitários, à redução da precariedade do vínculo laboral dos professores, e valorização das carreiras dos profissionais de Saúde, José Manuel Bolieiro lembrou tratar-se de medidas que o “PS nunca fez, esteve e está contra isso”.

É factual igualmente que “nos anos de 2021 e de 2022, o crescimento médio anual do Produto Interno Bruto foi de 7,1%, enquanto o do país foi de 6,2%. Isto é, convergimos com o país”, enalteceu.

Açores têm o maior número de pessoas empregadas de sempre

Outro indicador muito positivo, prende-se com o facto de termos “agora o maior número de pessoas empregadas de sempre – 118 600 pessoas. O desemprego diminuiu”, disse.

Medidas estas que abrangeram os Açores, com expressão significativa na ilha de São Miguel: “com o meu Governo, 572 professores passaram ao quadro de efetivos, dos quais mais de 400 em São Miguel”.

“Contratámos mais 582 trabalhadores de ação educativa, 260 de São Miguel”, continuou.

No apoio social escolar, José Manuel Bolieiro apontou que “passou de 9,4 milhões de euros em 2019 para cerca de 12 milhões em 2023, nos Açores”, metade dos quais foram investidos em São Miguel.

Em 2020, a creche gratuita abrangia 590 crianças na Região, chegando a mais de 4000 em 2023, 3200 das quais em São Miguel, enumerou.

O complemento para aquisição de medicamentos pelos idosos – COMPAMID – era de um milhão de euros em 2019, aumentando para 7,5 milhões de euros com o Governo liderado por José Manuel Bolieiro para mais 19.000 beneficiários, 12.000 dos quais de São Miguel. Isto com a facilidade de ser descontado diretamente aquando da aquisição, ao contrário do que sucedia no passado socialista.

Em relação ao Complemento Regional de Pensão – conhecido como “cheque-pequenino” –, o seu valor era de 54 euros mensais

– sem qualquer atualização desde 2017 –, passando a 97 euros mensais com a governação da Coligação, correspondendo a uma subida de 80%.

“Nos Açores, foram investidos em 2023, 32,3 milhões de euros. Em São Miguel, somaram 16,7 milhões de euros”, frisou José Manuel Bolieiro.

No seu discurso, não ficou esquecido também “o esforço de devolver a dignidade” aos profissionais de saúde, desde médicos, a enfermeiros, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, assim como aos assistentes operacionais

“Contrataram-se mais 258 profissionais: 85 médicos, 148 enfermeiros e 25 técnicos superiores de diagnóstico”, nos últimos três anos, indicou o Presidente.

“Hoje 93% dos açorianos têm médico de família. Em São Miguel, são abrangidos 97% dos utentes”, recordou.

No setor da atividade portuária, destacou o investimento em curso de 71 milhões de euros, 40 milhões dos quais alocados no Porto de Ponta Delgada, “incluindo a obra e seu apetrechamento com uma nova grua e um novo rebocador”.

No setor do Turismo, “temos registado, como nunca, uma vitalidade e um dinamismo, que atestam que o rumo que temos seguido está correto”, reiterou, sublinhando que “somos o primeiro arquipélago do mundo a ser considerado destino turístico sustentável”.

“Em 2023, desembarcaram nos aeroportos dos Açores 2,1 milhões de passageiros, o maior número de sempre. Em São Miguel, foram destes 1,2 milhões de passageiros, mais 12% que em São Miguel”, constatou.

A evolução positiva e de sucesso que se verificou nos diversos setores de atividade económica nos Açores, nos últimos três anos, são a prova de que a aposta “num perfil de governação com diálogo aberto e construtivo de todos”, constituem o rumo que se pretende no futuro.

Portanto, votar no PS, “é andar para trás, fazer regressar a má governação não é uma boa escolha. Somos a escolha certa, porque somos futuro”, concluiu.

Povo Livre

ORGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: MANUEL PEREIRA

EDITORIAL

Defendemos, há meses, neste local, a necessidade de um diálogo frequente a nível político, parlamentar e governamental entre o PS e o PSD, para a estabilidade da coligação.

Um projecto de mudança da sociedade portuguesa, visando a sua modernização e integração na Europa, como o que sempre propusemos, contém em si mesmo uma dinâmica de alteração de fundo que fere hábitos, situações estabelecidas, comodismos e interesses.

Lutando simultaneamente em várias frentes — a do conservadorismo tradicional, a dos privilégios adquiridos por uma nova classe nascida do 11 de Março e a da demagogia daqueles que anunciaram em falsos chavões políticos a cura de todos os males de que padecia a sociedade — o Governo e a maioria, nascidos da coligação, teriam de prestar o máximo cuidado ao desenvolver quotidiano da sua actividade.

A firmeza do PSD, chamando permanentemente a atenção para a necessidade da concretização das reformas de que Portugal carecia e a veemência posta por alguns órgãos partidários por políticos responsáveis e por simples militantes na promoção daquilo que Mota Pinto veio designando por reformas estruturais, assentava na análise do ambiente político português e na certeza de que a coligação perderia sentido se não se entregasse rapidamente a executar tais medidas.

Congratulamo-nos, por isso, com a iniciativa da cimeira entre o PS e o PSD. Há, no entanto, que distinguir entre aquilo que constitui o objectivo da coligação — governar com estabilidade, promovendo as reformas de que Portugal carece — e a estratégia política tendente à definição e clarificação do Estado Português.

As eleições presidenciais e autárquicas inserem-se num contexto mais vasto, onde cada Partido deve desenvolver a sua própria concepção e onde as estratégias diferenciadas são claramente possíveis, quando não ponham em riscos os objectivos enunciados.

Quando o PSD reclama uma posição autónoma nas presidenciais age em concordância com a lógica e com o acordo inicial que expressamente previa essa possibilidade.

Tal como fez o PS — em órgãos do Partido ou em declarações — quando promoveu o lançamento da sua candidatura partidária.

Nesta área só são admissíveis os limites resultantes da salvaguarda do regime e da indispensável estabilidade do país. Uma candidatura saída de qualquer outra perspectiva que a compõem oferece obviamente totais garantias de defesa daqueles valores.

Em eleições autárquicas, o acordo interpartidário, que foi inicialmente omisso, de certo por se ter considerado que o tema não possuía incidência nos objectivos da coligação. Para nós, a liberdade de acção das comissões políticas locais tem sido uma preocupação constante. Não se entende que é nessa área que melhor se possam analisar as realidades e necessidades de Portugal, em termos dos órgãos de Poder Local. Um Partido, antes de mais, a vontade das suas bases, não pode ser centralizador precisamente na medida em que a autonomia e capacidade locais constituem a base do municipalismo.

Com o cuidado e a vontade de compreender as características de cada um dos Partidos que compõem a coligação, se lhe conferirmos objectivos, em diálogo permanente, poderemos ultrapassar as divergências que forem surgindo.

O fortalecimento do PSD na estabilidade da coligação depende da confiança na sua capacidade para a resolução dos problemas do País não será hoje, como não foi antes, regatado.

Não podemos perder mais tempo. O País reclama e a situação impõe maior celeridade e maior determinação no cumprimento dos deveres que assumimos perante os portugueses. Saibamos pois, corresponder à confiança que em nós depositaram.

SÁ CARNEIRO PRESENTE



Assinalando o quarto aniversário da morte de Sá Carneiro, realizaram-se por todo o País, por iniciativa das diversas estruturas do PSD, cerimónias religiosas e cívicas. Em Lisboa, organizada pela Comissão Permanente Distrital decorreu uma romagem ao Cemitério do Alto de S. João (na gravura) tendo também estado presentes o Secretário-Geral do PSD, Antunes da Silva, e outros dirigentes nacionais.

No dia do 4.º Aniversário da morte de Francisco Sá Carneiro, o Partido Social Democrata presta comovida homenagem ao seu fundador e líder inesquecível, convidando todos os sociais democratas a reflectirem de modo muito especial sobre a sua vida e a acção política, que são um exemplo e uma lição para todos os portugueses.

Assim, teremos a força necessária para continuar a sua obra, lutando com a indispensável lucidez, determinação e coragem pela construção de um Portugal mais livre, mais justo, mais próspero e mais fraterno.

O seu objectivo, que permanece o nosso, será sempre o de promover a melhoria das condições de vida dos cidadãos e a adopção urgente das reformas de que o país carece para

a regeneração e modernização da vida económica e social dos portugueses.

Como fiéis depositários da sua herança política e intelectual, garantiremos, com entusiasmo e determinação, ao povo português, que tudo faremos para que o seu exemplo de HOMEM, de ESTADISTA e de PATRIOTA se concretize em acções capazes de promover o bem-estar e o respeito dos portugueses.

A esperança que Sá Carneiro protagonizou e soube transmitir não morreu. Continua ao nosso alcance.

Lisboa, 4 de Dezembro de 1984.

A Comissão Permanente do PSD

V CONSELHO NACIONAL 84 (EXTRAORDINÁRIO) CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 26.º dos Estatutos, convoco o Conselho Nacional para reunir extraordinariamente nos dias 8 e 9 de Dezembro, com início às 10 horas no Hotel Estoril-Sol, em Cascais, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Situação partidária
2. Situação política nacional — Evolução da situação face à estratégia presidencial aprovada em Conselho Nacional.
3. Governo — Orçamento do Estado para 1985.
4. Referendo interno.
5. Relações internacionais.

Lisboa, 30 de Novembro de 1984.

O presidente da Mesa
do Conselho Nacional
Leonardo Ribeiro de Almeida

REFORÇANDO ESTRATÉGIA DOS TSD

**SINDICALISTAS
SOCIAIS DEMOCRATAS
TOMAM POSIÇÃO
FACE À REVISÃO
DAS LEIS DE TRABALHO,
DESEMPREGO
E SALÁRIOS EM ATRASO**

PÁGINA 2

EDIÇÃO N.º 536 do "Povo Livre" | de 5 de dezembro de 1984

"Sá Carneiro presente". O PSD assinalava o 4.º aniversário do falecimento do fundador.

CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

SECÇÕES

BARCELOS

ALTERAÇÃO DO DIA DA ASSEMBLEIA DE SECÇÃO PUBLICADO NO POVO LIVRE DE 10 DE JANEIRO DE 2024

Ao abrigo do disposto nos artigos 53º e 54º dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se os militantes da Secção de Barcelos, do Distrito de Braga, para reunir em Assembleia de Sessão, no próximo **dia 25 de Janeiro de 2024 (quinta-feira), pelas 21H30**, na sede da Junta de Freguesia de Abade de Neiva, sita na Rua da Sra. da Abadia nº 339, em Abade de Neiva, Barcelos, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política local e nacional.

CASCAIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Cascais, para reunir **dia 30 de Janeiro de 2024 (terça-feira), pelas 21H00**, que irá decorrer nas instalações do Hotel Baía, sito no Passeio de D. Luis I, em Cascais, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, e nos termos do disposto pelo artigo 54º, convoco os militantes da Secção de Castelo Branco, para reunir em Assembleia de Secção Ordinária, no próximo **dia 5 de Fevereiro de 2024 (segunda-feira), pelas 20H30**, na sede do PSD de Castelo Branco, sita na Rua Prior de Vasconcelos nº 34, em Castelo Branco, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos.

NOTA: Nos termos do disposto pelo Artº. 69º dos Estatutos, se à hora marcada para o início da reunião da Assembleia não se verificar a presença de mais de metade dos militantes da secção, o número de militantes necessário para o preenchimento do quórum exigido, a reunião terá início trinta minutos depois, com o número de militantes presentes.

FAFE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Fafe, para reunir no **dia 16 de março (sábado), pelas 15H00**, na sede concelhia, sita na Avenida das Forças Armadas, nº 15, Fafe, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Secção de Fafe;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção de Fafe.

Nota: As listas candidatas deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção até às 24h00 do 3º dia anterior ao ato eleitoral.

O ato eleitoral realiza-se no período compreendido entre as 15H00 e as 19H00.

FUNDÃO

Ao abrigo do artº 54º dos Estatutos Nacionais do PSD e do seu Regulamento Eleitoral, convocam-se os militantes da Secção do Fundão, para reunirem a **24 de Fevereiro de 2024 (sábado), pelas 15H00**, na sede concelhia, sita no Bairro do Espírito Santo, Rua dos Restauradores Lote 10 R/c, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia da Secção;
2. Eleição da Comissão Política da Secção.

Nota: A eleição decorrerá entre as 15H00 e as 19H00.

As candidaturas terão de ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As quotas devem ser pagas até ao 10º dia anterior

SEIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Seia, para reunir, no próximo **dia 2 de Fevereiro de 2024 (sexta-feira), pelas 21H00**, na sede, sita na Av. 1º de Maio nº 26 cave, em Seia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos.

NOTA: Se à hora marcada não estiver presente o número de militantes necessário para preencher o quórum, nos termos dos Estatutos, realizar-se-á no mesmo local, 30 minutos depois, às 21H30h com qualquer número de militantes presentes.

TOMAR

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Tomar, para reunir no próximo **dia 25 de Janeiro de 2024 (quinta-feira), pelas 20H30**, na sede do PSD de Tomar, sita na Rua da Fábrica da Fiação nº 57-A, em Tomar, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações e Análise da Situação Política;
2. Outros assuntos.

CONVOCATÓRIAS JSD



RECEÇÃO SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: jsdnacional@gmail.com

ESTARREJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Estarreja, a reunir no próximo dia **18 de fevereiro de 2024 (domingo), às 10h00m**, na Sede do PSD Estarreja, sita na Rua Jornal de Estarreja, 109, 3860 – 365 Estarreja, com a seguinte ordem de trabalhos: Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da JSD de Estarreja.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD Estarreja, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. As urnas estarão abertas entre as 10h00m e as 12h00m.

ÓBIDOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se os militantes da Concelhia de Óbidos, para reunirem no **dia 18 de Fevereiro de 2024 (sábado), pelas 14 horas**, no Edifício Espaço O, sita na Rua da Porta da Vila, n16/18, 2510-089 Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleições da Mesa de Plenário Concelhio e da Comissão Política Concelhia da JSD de Óbidos.

Nota: As listas deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem o estatutariamente o substitua até às 23h59 do sétimo dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 14h00 e as 17h00.

MAIA

Ao abrigo dos Estatutos e demais Regulamentos da JSD, convoca-se o Plenário Concelhia da JSD Maia, a realizar no **dia 31 de janeiro de 2024 (quarta-feira) pelas 21h00**, na Sede do PSD da Maia sita na Rua Eng. Duarte Pacheco, 987 4470-287, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política;
- 3 – Outros Assuntos.

SERNANCELHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia da JSD de Sernancelhe, para reunirem no **dia 18 de fevereiro (sábado) de 2024, pelas 14h**, no Centro de Artes Sernancelhe com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário Concelhio da JSD de Sernancelhe.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 14h00 e as 16h00. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital da JSD Viseu ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. Toda a documentação referente à entrega de listas pode ser entregue via online, através do email da Mesa do Congresso Distrital da JSD Viseu viseujsd-mesadistrital@gmail.com.